

# Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.233 - PR (2014/0106462-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**EMBARGANTE : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : ÉDERSON LEITE BRAGA - PI007862**  
**EMBARGADO : ASSAAD FARES ABOU NABHAN**  
**EMBARGADO : GEORGES ABOU NABHAN**  
**EMBARGADO : SONIA ASSAAD NABHAN**  
**EMBARGADO : EDMIR JOSE MASSI**  
**EMBARGADO : VIA LONDRINA LOCADORA DE VEICULOS LTDA**  
**ADVOGADO : ANTONIO PEREIRA DO LAGO E OUTRO(S) - PR008844**

## DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL contra a decisão de minha lavra, proferida às e-STJ fls. 375/378, em que dei provimento ao recurso especial para afastar a condenação ao pagamento de juros de mora sobre o depósito judicial.

A embargante sustenta a existência de omissões e contradição no julgado, notadamente quanto aos honorários advocatícios.

Passo a decidir.

Cumprе registrar, desde logo, que o Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal, em 16/11/2018, por maioria de votos, nos autos do RE 1.141.156/RJ, reconheceu a existência de repercussão geral da matéria relativa à possibilidade de inclusão dos expurgos inflacionários na correção monetária de depósitos judiciais.

Diante disso, ao apreciar o agravo interno interposto pelos ora embargados, tornei sem efeito a decisão de e-STJ fls. 375/378 e, em consequência, julguei o aludido recurso prejudicado, DETERMINANDO A DEVOLUÇÃO DOS AUTOS com a respectiva baixa, para que, após a publicação do acórdão a ser proferido no recurso com repercussão geral reconhecida e em observância aos arts. 1.039 e 1.040 do CPC/2015: a) negue seguimento ao recurso se a decisão recorrida coincidir com a orientação emanada pela Suprema Corte; ou b) proceda ao juízo de retratação na hipótese de o acórdão vergastado divergir da decisão sobre o tema submetido à repercussão geral.

Em razão desse novo cenário fático-processual, forçoso reconhecer a perda superveniente do objeto da presente irresignação, visto que o recurso manejado na origem será novamente analisado na instância *a quo*.

Diante do exposto, com fulcro no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO PREJUDICADOS os presentes embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 27 de setembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

